

Não aprovada em 23/05/2022

Doc. 2

SAEIBUH



Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia de Campanhã

Moção

Pela adesão do Município do Porto ao Pacto de Milão

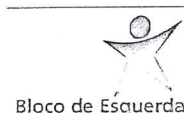
Num momento em que a inflação está a asfixiar as famílias, e não só as de mais baixos rendimentos, com a redução do poder de compra e tendo um reflexo claro nas compras de bens essenciais, esta situação exige uma resposta do poder local na mitigação dos diversos fatores que limitam o Direito à Alimentação.

A garantia do Direito à Alimentação é uma evidência, com repercussões nas condições de saúde das populações mais carenciadas (DGS 2015), tendo as questões relacionadas com o acesso à alimentação vindo a ganhar centralidade nos debates políticos e científicos, a pandemia da Covid-19 expôs ainda mais esta questão, com as autarquias a assumirem um papel fundamental para colmatar as necessidades alimentares das famílias.

Em 2015, foi lançado o Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana, um acordo internacional entre cidades de todo o mundo, onde é assumido o compromisso de "desenvolver sistemas de alimentação sustentáveis, inclusivos, resilientes, seguros e diversos, que assegure alimentação saudável e acessível a todas as pessoas num quadro de direitos humanos". À data de janeiro de 2016 eram 30 os municípios portugueses a subscrever este Pacto e há vários exemplos de outras grandes cidades mundiais onde o poder autárquico assume inequivocamente responsabilidades pelo Direito à Alimentação.

O Pacto de Milão tem como pressupostos:

- a) o papel estratégico das cidades no desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis e na promoção de uma alimentação saudável;
- b) que os atuais sistemas alimentares são chamados a oferecer acesso permanente e fiável a alimentação adequada, segura, local, diversificada, justa, saudável, nutritiva e rica a todos e todas;
- c) que o abastecimento alimentar das cidades enfrenta múltiplos obstáculos, nomeadamente, desequilíbrios na distribuição e no acesso, degradação ambiental, escassez dos recursos e alterações climáticas, padrões de produção e consumo não sustentáveis, desperdício alimentar na produção e no consumo;



Bloco de Esquerda

Assembleia de Freguesia de Campanhã

d) que a fome e a malnutrição, nas suas várias formas, coexistem em todas as cidades, representando um fardo pesado na saúde e bem-estar com elevados custos sociais e económicos às famílias, à comunidade, aos municípios e aos países;

e) ou que as políticas alimentares estão diretamente relacionadas com muitas outras políticas e os desafios urbanos, como a pobreza, a saúde e proteção social, higiene e saneamento, ordenamento e uso dos solos, transporte e comércio, energia, educação, prevenção e preparação de catástrofes naturais, é essencial adotar uma abordagem integrada, interdisciplinar e interinstitucional.

f) recomenda aumentar a participação das partes interessadas ao nível municipal, através de diálogo político e, se apropriado, através da nomeação de conselheiros de política alimentar e/ou desenvolvimento de uma plataforma multi-stakeholder ou um Conselho Alimentar.

Pelo exposto, a Assembleia de Freguesia de Campanhã, reunida a 23 de setembro de 2022, delibera:

Recomendar à Câmara Municipal do Porto que inicie o processo de Adesão ao Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana;

A representante do Bloco de Esquerda,

Elisabete Carvalho

(Documento a remeter a Executivo da CM Porto e AM Porto)